

Diagnóstico do eixo temático: **POLÍTICAS PARA O ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS E DE SEGURANÇA PREDIAL DOS PRÉDIOS PRÓPRIOS**

A maior parte das unidades acadêmicas da UNIPAMPA está edificada em áreas de pouca habitação e de considerável limitação quanto ao investimento público local que resulte no auxílio dos requisitos mínimos de segurança patrimonial interna. Acessos sem a mínima estrutura, pouca ou quase nenhuma iluminação pública são componentes que causam enorme fragilidade do patrimônio institucional.

Esses fatores externos acabam ocasionando a dificuldade de investimento interno, pois muitas dessas ações externas poderiam contribuir para uma maior segurança interna.

O atual cenário é desafiador, pois nos impõe a real necessidade da construção de novas estruturas, uma vez que os recursos orçamentários para manutenção já se apresentam insuficientes, considerando a atual estrutura institucional.

Constata-se a utilização inadequada das estruturas prediais existentes, como a utilização de espaços construídos para determinado fim, os quais, atualmente, são utilizados para fins diversos, como almoxarifados de reagentes e resíduos químicos. São situações como essa que contribuem negativamente para a execução de projetos de PPCIs de alguns prédios e espaços. Outro fator que gera insegurança é a falta de licenciamentos ambientais, tratamento de efluentes, regularização e falta de *habite-se* das unidades.

Muito se tem realizado, porém o número de demandas é gigantesco, e o número de profissionais para equacioná-las é insuficiente frente ao passivo existente.

Além do conjunto de situações desafiadoras, há a limitação de recursos orçamentários para dotar a instituição de segurança, como vigilantes, videomonitoramento e controle de acesso aos prédios e salas de laboratórios.

É necessário, ainda, a implantação de política de urbanização e assiduidade nas áreas internas.

Ressaltamos ainda a necessidade de vigilância monitorada nos prédios da instituição, o que colabora significativamente com a segurança predial. Pode ser verificado no quadro a seguir que o número de postos desde 2013 cresceu até 2015 e, em 2016, com o contingenciamento orçamentário, resultou na redução de todos os contratos, tendo uma redução no contrato de vigilância de 18% e no de portaria de 23%.

Quadro 1: Tabela de postos de terceirizados vinculados à segurança.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Evolução / Involução em nº postos (%)	
	Nº Posto	Nº Posto	Nº Posto	Nº Posto	Nº Posto	Nº Posto	2016/2015	2018/2013
Vigilância	41	41	50	41	42	42	-18,00%	2,44%
Portaria	24	25	30	23	23	23	-23,33%	-4,17%

Fonte: PROAD

Diante do cenário de novas estruturas sendo entregues, ano a ano, e as limitações orçamentárias, há a extrema necessidade da criação de um Sistema Integrado de Segurança Institucional, que realizará o planejamento, a execução e a avaliação de projetos e atividades relacionadas à segurança institucional e envolverá uma gama de aspectos relacionados a verbas orçamentárias, infraestrutura, serviços e uma equipe multidisciplinar de profissionais capacitados com conhecimento nas áreas.

Deve-se desenvolver cooperação recíproca com todas as Pró-Reitorias, Diretorias e demais órgãos internos, para consecução de ações de Segurança, visando a promover a segurança do patrimônio institucional em toda sua amplitude, da comunidade acadêmica e de todas as pessoas que circulam nos campi diariamente.

Para isso, será necessário realizar um amplo debate, visando a aprofundar os diagnósticos sobre diferentes ações, estratégias, decisões, responsabilidades e prazos a serem adotados pela UNIPAMPA e, com isso, alcançar a maturidade acadêmica e institucional para que seja possível a implementação de políticas públicas de segurança institucional, que orientarão ações de curto, médio e longo prazo.

Sugestões de ações estratégicas que deverão ser abordadas pela Política de Segurança Institucional:

- estabelecer todas as linhas de planejamento para os tipos específicos de segurança: física, estratégica e especial;
- planejar, coordenar, controlar e sistematizar os procedimentos relativos à segurança da comunidade universitária, de autoridades e pessoas que pelos seus prédios transitem, e das instalações físicas, materiais e equipamentos;
- programar a aquisição de veículos e equipamentos de segurança que possibilitem o desempenho das suas atividades de forma eficiente e eficaz, inclusive equipamentos específicos contra atentados;
- planejar e desenvolver a implantação dos programas contra sinistro, pânico e incêndio na UNIPAMPA;
- integrar os diversos setores que direta ou indiretamente tratem de assuntos de segurança pessoal ou patrimonial;
- interagir e incentivar a integração das instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, setores internos ou externos ou outros órgãos de segurança que atuem em conjunto com as atividades de interesse da UNIPAMPA na área de segurança pessoal ou patrimonial.

O tema da segurança das pessoas e do patrimônio público na UNIPAMPA configura objeto de discussões e debates permanentes na Instituição já há algum tempo bem como o de investimentos significativos de recursos.

Os atuais contratos que contemplam a segurança predial consomem cerca de 43% dos recursos discricionários dispostos para a manutenção da instituição, e os postos de agentes terceirizados comprovadamente são insuficientes para atender a demanda de serviços. Inúmeras estruturas prediais estão em fase de conclusão, e outras sem prazo para sua conclusão, por conta das limitações orçamentárias impostas pelo governo federal. Todas as novas estruturas que estão sendo ou que serão concluídas têm demanda por um conjunto de postos de agentes terceirizados, e isso está condicionado a disposição orçamentária.

Também podem ser considerados como investimento na segurança de pessoas e do patrimônio institucional os contratos de manutenção predial que atualmente consomem cerca de R\$ 4 milhões ao ano dos recursos destinados pela matriz orçamentária de custeio e capital – Matriz OCC Andifes.

Outro fator preocupante diz respeito ao cumprimento de requisitos legais que atendam aos órgãos de controle externo, para os quais a Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura tem desenvolvido atividades no sentido de regularizar o passivo institucional. Resultado do trabalho realizado teve reflexo na emissão do Licenciamento Ambiental do Campus Santana do Livramento no ano de 2017. Está em curso a regularização dos licenciamentos ambientais dos *campi* Bagé e Caçapava do Sul.

Quanto aos Planos de Prevenção de Combate à Incêndios (PPCIs), a instituição realiza, na medida da disponibilidade orçamentária, a regularização dos espaços e prédios com a Corporação de Bombeiros.

Outros requisitos legais que resultam na regularidade e segurança patrimonial são aqueles que compõem a emissão de certificados de licenciamento ambiental das unidades que se referem a emissão de *habite-se* dos prédios.

De 2015 à 2018, tivemos validados 39 alvarás de PPCI em diversos *campi*, um licenciamento ambiental do Campus Santana do Livramento, a construção de uma E.T.E. - Estação de Tratamento de Esgoto (ainda não está em operação) do Campus Dom Pedrito e, no total, temos *habite-se* de 13 prédios.